



## VIII CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA

### 40 anos de democracias: progressos, contradições e perspectivas

---

ÁREA TEMÁTICA: Arte, Cultura e Comunicação [ST]

---

#### **REPRESENTAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS NA *MÍDIA* BRASILEIRA: A REPERCUSSÃO DO PNDH-3 NAS REVISTAS SEMANAIS**

---

MOTTA, Diego Airoso da

Doutorando em Sociologia

Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

[diegoairoso@ufrgs.br](mailto:diegoairoso@ufrgs.br)

---

### Resumo

A partir da cobertura das principais revistas semanais de informação geral do Brasil – Veja, IstoÉ, Época e CartaCapital – a respeito do 3º Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), concebido pelo governo brasileiro, o presente artigo busca analisar a forma como a mídia do país trabalha as representações sobre direitos humanos. Visa também a tematizar como os embates próprios do jogo político e os interesses econômicos a ele ligados influenciam a pauta de discussões sobre direitos humanos. À luz da teoria da ideologia e do referencial metodológico da hermenêutica de profundidade, ambos propostos por John B. Thompson, examinam-se os textos produzidos pelas citadas revistas após o lançamento do PNDH-3, em 2009. A escolha dos referidos veículos de comunicação – a opinião publicada – ocorre em função do poder de influência que detêm perante a opinião pública brasileira em diversos momentos: diretamente sobre seu público leitor, sobre as pautas de outros segmentos midiáticos, sobre as discussões realizadas no meio político. A partir dos resultados obtidos, constata-se as ligações entre as representações de direitos humanos que as revistas criam e reproduzem, os interesses comerciais das empresas que as publicam e as orientações políticas a que se alinham.

### Abstract

From the press coverage of Brazilian weekly magazines of general information – Veja, Época, IstoÉ and CartaCapital – about the 3<sup>rd</sup> National Human Rights Program (PNDH-3, in Portuguese), built by the federal Brazilian government, this text analyzes how the Brazilian media works the representations of human rights. It also aims to thematize as the battles of the political and economic interests linked to it influence the agenda of discussions on human rights. Based on the theory of ideology and methodological framework known as depth hermeneutics (HP, in Portuguese), both proposed by John B. Thompson, the article examines journalistic texts produced by the mentioned magazines at the launch of PNDH-3, in late 2009. The choice of these communication vehicles – the published opinion – is a function of holding power to influence Brazilian public opinion, either directly on your readership, is on the agendas of other media segments, and have an important influence over discussions made in the political dimension. The results reveal strong connections between the representations of human rights created or reproduced by the magazines, the business interests of its publishers and also the political guidelines which are aligned.

Palavras-chave: Direitos Humanos; *Mídia*; 3º Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3; Educação em Direitos Humanos.

Keywords: Human rights; Media; 3<sup>rd</sup> National Human Rights Program; Education in human rights.



## 1. Apresentação

Este *paper* procura levantar questões sobre as possibilidades e limites dos meios de comunicação de massa como ferramenta de educação em direitos humanos no Brasil, especialmente no contexto do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH), em seu eixo “Educação e Mídia” (Brasil, 2007). Para isso, busca analisar a abordagem da mídia – especialmente as revistas semanais de informação geral brasileiras, com seu considerável poder de influência sobre as classes médias e altas, sobretudo A e B, mas também C (Benetti; Hagen, 2010) – ao tema dos direitos humanos conforme tratado no 3º Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3).

O respeito aos direitos humanos, tomados em sua indivisibilidade e observados sob um olhar crítico, parece ser um horizonte alcançável somente à medida que seu universo conceitual e axiológico, for amplamente conhecido e discutido.

Os direitos humanos e as lutas que lhe caracterizam como espaço de busca da dignidade são, em sua essência, oponentes à manutenção de um quadro hegemônico baseado em um abismo social, econômico e político a que os interesses do capital - condensados no *slogan* do “progresso” e auxiliados por dirigentes políticos por ele corrompidos – sujeitaram imensa parte da humanidade. Este cenário configura uma das causas mais marcantes das violações e ofensas aos preceitos humanistas arduamente conquistados ao longo da história (Dupas, 2009). As desigualdades sociais, a violência como meio de resolução dos conflitos, a tentativa de esvaziamento do papel das organizações da sociedade civil, movimentos sociais e sindicais, a exploração predatória do meio ambiente, a desumanização da esfera do trabalho e a oligolização da produção e disseminação da informação atentam diretamente contra os direitos humanos e colocam à prova seu caráter universal e indivisível.

Mesmo violando sistematicamente os direitos humanos, o “poder” cinicamente diz defendê-los. As grandes potências, capitaneadas pelos EUA, promovem a guerra e a morte em sua autoatribuída missão civilizadora, supostamente levando os direitos humanos e a democracia a todos os povos (Viola, 2007).

À cauda da realidade mundial, no Brasil se processa o que Fonseca (2009, p. 264) chama de “manuseio retórico dos direitos humanos”, vistos como algo que serve a bandidos – discurso gestado durante o regime militar (Rolim, 1998; Viola, 2007) e que gradualmente passa a ser substituído por versões particularistas mais requintadas, como a que se condensa na expressão “direitos humanos para humanos direitos” (Carbonari, 2010)<sup>i</sup>.

A mídia, sobretudo a comercial, regida pela lógica do capital e da concentração de poder, acaba tendo papel imprescindível na reprodução dessa conjuntura de usos dos direitos humanos e reprodução de valores caros à dominação. Porém, também na mídia pode estar uma importante possibilidade de alteração estrutural desse quadro, disseminando uma cultura de paz ativa, justiça social e protagonismo político.

O desenvolvimento dos meios técnicos de transmissão altera sensivelmente as condições de vida. Os acontecimentos cada vez mais deixam de ser “locais” para estenderem seus efeitos a uma quantidade imensa de receptores que, mesmo distantes entre si e dos fatos de que tomam ciência, podem agir sobre sua realidade em face dos estímulos assim obtidos. É fundamental, portanto, considerar a relevância do campo da comunicação e da informação na reprodução da sociedade, especialmente no contexto da crescente “mediação da cultura moderna” (Thompson, 1995, p. 21), processo no qual a experiência cotidiana é “cada vez mais mediada por sistemas técnicos de produção e transmissão simbólica” e que, juntamente com o capitalismo industrial e o Estado moderno, caracteriza a sociedade moderna como tal, segundo o mesmo autor.

Para discutir as representações de direitos humanos difundidas pela mídia, este texto deverá, após esboçar os aportes metodológicos e teóricos da pesquisa, trazer um breve histórico do PNDH-3 e da polêmica que o envolveu, tratar da orientação editorial das revistas pesquisadas, analisar os dados obtidos e, por fim, tecer algumas considerações sobre a pesquisa.

## 2. Considerações metodológicas e teóricas

O *corpus* da pesquisa se refere a matérias jornalísticas de revistas semanais de grande influência na opinião pública nacional<sup>ii</sup> e cuja orientação editorial, mais ou menos explicitamente, guarda identificação com diferentes pontos do espectro político-ideológico: Veja, Istoé, Época e CartaCapital. Foram examinadas as edições publicadas aproximadamente entre 20/12/2009 e 29/03/2010 – 3 meses subsequentes ao lançamento do PNDH-3 – para, assim, apreender como o Programa e a concepção de direitos humanos que traz foram repercutidos e representados.

Para examinar esses textos, utilizou-se a hermenêutica de profundidade (HP), instrumental metodológico proposto por Thompson (1995) para analisar a construção de sentidos presentes nas ações e relações cotidianas, o contexto sócio-histórico da produção das formas simbólicas constituintes deste processo (textos, imagens, falas e ações) e o uso dos sentidos aí produzidos.

O método é comumente aplicado à análise da ideologia – vista como um processo de construção de sentidos por meio de formas simbólicas para produzir e reproduzir relações de poder sistematicamente assimétricas, isto é, relações de dominação.

Nesse sentido, há diversas possibilidades de operacionalizar a construção simbólica da ideologia. Thompson (1995) apresenta uma formulação já clássica sobre essas possibilidades, considerando 5 modos de operação da ideologia (*legitimação, dissimulação, unificação, fragmentação, reificação*) e dentro deles diversas estratégias de construção simbólica. Guareschi (2000) acrescenta a esses modos a *banalização* e no decorrer da pesquisa pode-se perceber a ocorrência do que se chamou *reestruturação*.

Através da *legitimação* tenta-se representar determinadas relações de dominação como legítimas, “como justas e dignas de apoio” (Thompson, 1995, p. 82). Na *dissimulação* procura-se encobrir, disfarçar, negar, desviar a atenção sobre certas relações de dominação. Por meio da *unificação*, relações de dominação que se baseiam na divisão e nas diferenças entre os indivíduos são estabelecidas e sustentadas pela tentativa de constituição de uma suposta unidade, identidade coletiva, entre os divergentes. A *fragmentação* tenta produzir a desagregação ou evitar a união de indivíduos e grupos que, coletivamente, possam atuar contrariamente ao estabelecimento ou manutenção de relações de dominação, ou ainda projetar sobre eles atributos que os faça parecer perigosos, maus, repugnantes, ameaçadores. Pela *reificação*, as relações de dominação são vistas como tendo vida própria, se bastam em si mesmas, são permanentes, naturais, como se não tivessem bases historicamente construídas e como se não fossem constituídas nas relações sociais e concretamente produzidas. Na *banalização*, de acordo com Guareschi (2000) e Veronese e Guareschi (2006), fenômenos sociais relevantes que manifestam relações de dominação são tomados como algo de importância menor, desviando a atenção e a possibilidade de dirigir críticas, já que, se é banal, é desimportante, logo, permitido. Na *reestruturação*, as relações de dominação podem ser criadas ou sustentadas com base na reestruturação dos elementos que compõem e caracterizam as representações da realidade na qual essa dominação se processa, com vistas a produzir efeitos retóricos que se justaporiam a outros modos de operação da ideologia, como a legitimação e a dissimulação, por exemplo.

Tendo a ideologia relação com as circunstâncias sociais de emissão e recepção das formas simbólicas que a carregam, é viável conjecturar seus efeitos sobre as representações sociais, das quais, no contexto da mediação da cultura moderna, parte considerável, em dado momento de seu desenvolvimento, é manejada e disseminada via comunicação de massa, um de seus principais vetores contemporaneamente Jovchelovitch (2000).

É aí que se torna importante falar em opinião pública e a influência que recebe da opinião publicada. Para Thiollent (1983, p. 190), “os meios de comunicação [...] contribuem para formar as tendências da opinião pública ao divulgar posições ou interpretações de fatos favoráveis ou desfavoráveis ao poder político vigente ou a grupos de interesses”. Controlar a opinião publicada é exercer poder simbólico, já que “o que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a força da ordem ou de a subverter, é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia, crença cuja produção não é da competência das palavras” (Bourdieu, 1998, p. 15).

As representações sociais – “saberes sociais construídos em relação a um objeto social que elas também ajudam a formar” (Jovchelovitch, 2000) – envolvem o peso da palavra e o capital simbólico disponível e empenhado por quem as diz e guardam íntima relação com o que o sociólogo francês chama de *habitus*, as disposições de ação e pensamento historicamente construídas, exteriores e inconscientes aos indivíduos, mas que são acessados por eles em suas práticas cotidianas: “O *habitus*, como indica a palavra, é um conhecimento adquirido e também um haver, um capital (de um sujeito transcendental na tradição idealista) o *habitus*, a *hexis*, indica a disposição incorporada, quase postural” (Bourdieu, 1998, p. 61, grifos do autor).

Se, como diz Thompson, há uma identidade temporal entre modernidade e desenvolvimento da comunicação de massa, esta participaria, então, na formação do que se poderia chamar um *habitus* moderno, em que o conjunto de mensagens que cria e transmite seria tendencialmente aceito como expressão de verdade, inclusive certas representações de direitos humanos, isto é, dentre as disposições historicamente incorporadas pelo homem moderno estaria, segundo a tese aqui defendida, a crença na veracidade das formas simbólicas, das mensagens, produzidas pela mídia, ainda que haja margem para a crítica e a contestação dos produtos midiáticos.

### 3. O PNDH-3

Apesar das persistentes violações de direitos humanos ocorridas no país, o Brasil tem desempenhado importante papel nos fóruns regionais e internacionais sobre direitos humanos. Prova disso foi o protagonismo da representação brasileira no Comitê de Redação da Declaração e Programa de Ação adotada na Conferência de Direitos Humanos de Viena, em 1993, aprovada consensualmente por 171 países. Para além do compromisso diplomático assumido perante a comunidade internacional, o Estado brasileiro passou a ter uma obrigação moral em assumir as recomendações da Declaração da qual foi o principal redator.

Dentre elas, o artigo 71 orienta que “cada Estado considere a conveniência de elaborar um plano nacional de ação identificando medidas com as quais o Estado em questão possa melhor promover e proteger os direitos humanos”. A edição desses documentos revela o comprometimento dos Estados em efetivar, fortalecer e ampliar no plano interno o respeito aos direitos humanos com base nas orientações internacionais.

Seguindo esta diretriz, em 1996 o governo federal elaborou o 1º Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-1), tendo sido o Brasil um dos países pioneiros nesse sentido. Sua implantação, no primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso trouxe uma discussão ainda limitada e que enfatizava os direitos civis e políticos (Ciconello, 2008; Sousa Júnior; Benevides, 2010).

Diante da necessidade do Programa ser revisado e ampliado, ao final da gestão FHC, produz-se o 2º Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-2), em meados de 2002. De sua discussão, iniciada em 2001, participaram órgãos governamentais, sociedade civil e a academia (Brasil, 2002), gerando um conjunto de 518 proposições, que integravam à versão anterior os direitos sociais, econômicos e culturais.

Em 2008, o Governo Federal inicia novo processo de atualização do Programa, com vistas a elaborar o PNDH-3, concebendo documentos de referência e promovendo conferências regionais, debates temáticos e, enfim, a 11ª Conferência Nacional de Direitos Humanos, que sintetizou as discussões que a antecederam e as aprofundou (Brasil, 2010). Depois do evento, a interlocução com a sociedade permaneceu aberta. Conforme Piovesan (2010, p. 12), também os diversos ministérios foram convidados a participar da revisão do Programa, tendo em vista a “transversalidade e a interministerialidade de suas diretrizes”. Ao final do processo, coordenado pela Secretaria Especial de Direitos Humanos – capitaneada por Paulo Vannuchi –, cerca de 14 mil pessoas tinham participado da formulação do novo Programa (Sousa Júnior; Benevides, 2010).

O documento apresentado à sociedade por meio do Decreto n. 7.037, de 21/12/2009, contava com 521 propostas, organizadas em Eixos Orientadores. De acordo com Piovesan (2010, p. 13), o PNDH-3 reflete uma agenda contemporânea de direitos humanos e, ao mesmo tempo, está sintonizado com a complexa realidade brasileira ao tratar de temas como “direito ao meio ambiente, direito ao desenvolvimento sustentável, direito à verdade, direitos dos idosos, direito à livre orientação sexual, direito aos avanços

tecnológicos, entre outros”. Entre os destaques do Programa está o Eixo V, que trata da Educação e Cultura em Direitos Humanos e enfatiza o papel da mídia nesse processo.

Poucas semanas após o lançamento do PNDH-3, alguns setores sociais conservadores, minoritários mas estruturalmente influentes no meio político e econômico, se insurgiram contra algumas proposições apresentadas. Gerou-se assim grande polêmica nos espaços de discussão política e nos fóruns institucionais do país, amplificada pelos meios de comunicação de massa, especialmente as revistas semanais. Em certo sentido, essa exposição promoveu o tema dos direitos humanos a um alcance talvez inédito até o momento. Se de um lado a pretensão era desqualificar o programa, por outro se produziu um contexto de discussão pública de significativa validade, a despeito do corporativismo, do particularismo e do moralismo presentes nos argumentos contrários ao PNDH-3 (Pinheiro, 2010).

Embora boa parte deles já estivesse presente nas edições anteriores do Programa – alguns de forma mais contundente, mas praticamente sem causarem repercussão –, seis foram os temas que centralizaram a celeuma: a prevenção da violência em conflitos agrários (e urbanos), o reconhecimento de direitos dos homossexuais (união civil, adoção etc.), o apoio à descriminalização do aborto, a restrição à ostentação de símbolos religiosos em estabelecimentos da União, o respeito aos direitos humanos pela mídia e a criação da Comissão Nacional da Verdade para resgatar a memória das violações de direitos humanos ocorridas no regime militar. Estes temas mobilizaram críticas principalmente dos grandes produtores rurais, de grupos religiosos, de representantes das empresas de comunicação de massa e de membros das Forças Armadas (Sousa Júnior; Benevides, 2010).

Tal foi a pressão política – em boa parte exercida através da mídia e iniciada dentro do próprio governo, através do então Ministro da Defesa, o civil Nelson Jobim – que, para acalmar os ânimos, o governo alterou diversos dispositivos do Programa, gerando, colateralmente, protestos de movimentos sociais, entidades de defesa dos direitos humanos, acadêmicos e partidos políticos que apoiavam o teor do documento original.

A abordagem das revistas semanais a esse cenário é o que se discutirá, mais adiante, após uma breve contextualização sobre o lugar de fala dos referidos veículos.

#### **4. As revistas semanais**

As revistas analisadas neste estudo, *Veja*, *Época*, *IstoÉ* e *CartaCapital*, pertencem, respectivamente, às editoras Abril, Globo, Três e Confiança. A escolha dos referidos veículos de comunicação – a opinião publicada – ocorre em função do poder de influência que detêm perante a opinião pública brasileira, seja diretamente sobre seu público leitor, seja sobre as pautas de outros segmentos midiáticos, além de exercer importante ascendência sobre as discussões realizadas no meio político – Jovchelovitch (2000) lembra que o processo de impeachment do Presidente Fernando Collor de Mello, em 1993, se deu a partir de uma matéria publicada por *Veja*.

As duas primeiras editoras referidas pertencem a grandes conglomerados de comunicação do país: o *Grupo Abril*, fundado por Victor Civita em São Paulo, em 1950; as *Organizações Globo*, fundadas por Irineu e Roberto Marinho em 1925, no Rio de Janeiro, sendo o maior conglomerado de mídia da América Latina. As outras duas empresas, a *Editora Três* – fundada em 1972, em São Paulo, por Domingo Alzugaray – e a *Editora Confiança* – fundada em 2001, também em São Paulo, por Mino Carta, diretor de redação e criador de *CartaCapital*, e Luiz Gonzaga Belluzo, economista e consultor editorial da mesma revista, em 2001, quando passou a publicar a revista em lugar da Editora Carta Editorial, criada pelo irmão de Mino, Luis Carta, em 1976 – têm uma atuação restrita ao mercado editorial de revistas, com oferta de títulos bem menor que suas gigantes concorrentes e tendo como principal produto justamente as semanais.

Ao analisar a representação que *Veja*, *IstoÉ*, *Época* e *CartaCapital* têm de si, com base em seus discursos institucionais, Benetti e Hagen (2010, p. 7) destacam que particularmente *Veja* e *Época*, sendo produtos de grandes grupos de comunicação, “defendem o sistema capitalista, a livre iniciativa, a competitividade e o lucro” e buscam constituir uma agenda de temas que consideram relevantes, especialmente por se

considerarem habilitadas para apontar rumos para o país – no caso, rumos que atendam a seus interesses comerciais.

Assim, o lugar de onde partem as revistas para expor seus juízos institucionais e apresentar as proposições político-econômicas que habitualmente formulam tem relação direta com a posição ocupada como empreendimento comercial pelas empresas de que são produto:

Percebe-se que tanto *Veja* quanto *Época* associam a defesa da democracia à livre iniciativa. *IstoÉ* e *CartaCapital*, por outro lado, não são publicadas por empresas de grande expressão econômica e não se posicionam, oficialmente, como revistas que devam indicar soluções para o país” (Benetti; Hagen, 2010, p. 8, grifos dos autores).

Os autores dão conta ainda de certos valores presentes na orientação editorial de *Veja* que demonstram sua visão política, sobretudo quando revelados por seu diretor de redação, Eurípedes Alcântara, ao se referir aos leitores da revista como “pessoas que não querem abrir mão da sua responsabilidade individual, que querem ter uma liberdade de pensamento que resista às ‘religiões seculares’, aos modismos, alguns muito arraigados, como por exemplo o marxismo, uma doença” (Benetti; Hagen, 2010, p. 8).

Facilmente se identifica a aversão explícita de *Veja* a quaisquer variações do pensamento político de esquerda, frequentemente empacotado de forma reducionista sob o rótulo do “marxismo”. As oposições entre “normalidade” e “doença”, “individualismo” e “coletivismo” e entre “liberdade de pensamento” e um implícito “totalitarismo” também revelam a tentativa de atribuir a repulsa a visões políticas reprovadas pela revista.

No caso de *Época* e *IstoÉ*, os autores apontam outros elementos que os levam a argumentar pela consideração da associação entre independência e interesses econômicos (também presente em *Veja*), já que “é preciso lembrar os compromissos da editora Globo<sup>iii</sup> com o poder político e com as demais empresas do grupo, além do alto endividamento da editora Três, como fatores que certamente turvam a ‘linha editorial independente’” (Benetti; Hagen, 2010, p. 10).

A Editora Confiança, por sua vez, tem na figura de seu sócio majoritário, Mino Carta, também Diretor de Redação da *CartaCapital*, a expressão de seus posicionamentos. Carta não se furtou, por exemplo, de expressar apoio às candidaturas de Lula em 2002 e 2006, bem como de sua sucessora, Dilma Rousseff, em 2010, em reiterados editoriais. Contudo, argumenta que, antes da imparcialidade, a publicação deve se orientar pela honestidade, apurando os fatos e fiscalizando o poder com posicionamento crítico e expondo seu lugar de fala. Talvez por isso, Mino Carta nunca tenha tido pudores de publicamente manifestar uma visão que se poderia dizer de esquerda (antineoliberal e antiprivatizacionista, crítica às elites, opositora dos partidos de centro-direita etc.) e, ainda, o fato de ser amigo pessoal de Lula.

Em 2010, a cobertura das eleições presidenciais tornou explícitos os posicionamentos editoriais das revistas aqui abordadas em relação às forças políticas então em disputa. Se apenas se confirmaram as orientações contrárias ao PT e pró-José Serra (do PSDB, partido de Fernando Henrique Cardoso) por parte de *Veja* e favoráveis a Lula e Dilma de *CartaCapital*, a esta juntou-se *IstoÉ* e àquela uniu-se *Época* (PEREIRA, 2010).

Feita a discussão sobre as revistas e as empresas de que são produto, na seção a seguir analisa-se o *corpus* da pesquisa à luz da metodologia e dos elementos teóricos abordados.

## **5. A análise da ideologia nos textos**

Entre matérias, editoriais, artigos, cartas de leitor e “frases da semana”, chegou-se a um total de 51 textos com referência ao PNDH-3 no período da pesquisa: 22 publicados por *Veja*, 9 por *Época*, 7 por *IstoÉ* e 13 por *CartaCapital*.

A ocorrência de abordagens ideológicas nesses textos teve diferenças consideráveis entre algumas das revistas. Destaca-se a diametral disparidade entre *Veja* e *CartaCapital*; enquanto naquela todos os 22 textos apresentaram elementos ideológicos, ou seja, produtores ou reprodutores de relação de dominação, nesta revista apenas uma das 13 composições foi, em parte, ideológica. *Época* e *IstoÉ* exibiram dados próximos



entre si. IstoÉ teve apenas 2 textos não ideológicos entre os 7 que publicou, ao passo que Época teve 5 abordagens essencialmente ideológicas, além de duas que o foram em parte, em um total de 9 textos referentes ao Programa. Ao todo, menos de 1/3 dos 51 textos não foram considerados ideológicos, ou melhor, 16 deles, quase todos publicados em CartaCapital. De forma proporcional, IstoÉ foi a segunda revista menos ideológica, seguida por Época.

Todos os modos de operação da ideologia, trazidos pela bibliografia e pelo andar da pesquisa, estiveram presentes entre os 35 textos sobre o PNDH-3 avaliados como ideológicos. Descontados os lapsos de percepção, praticamente todas as estratégias típicas de construção simbólica foram utilizadas. Entre as mais encontradas, a *falsa imputação* ganhou relevo. Nessa estratégia, que a pesquisa fez emergir como uma possibilidade de uso da *dissimulação*, várias passagens e expressões são falsamente atribuídas os proponentes do PNDH-3 e a seu conteúdo, muitas inclusive sendo citadas entre aspas, supostamente reproduzindo de forma textual o documento.

Veja, como exemplo mais marcante dessa ocorrência, falha perante as expectativas de informação de seus leitores. Para estes, o PNDH-3 existiu de maneira diferente da realidade. Parece demonstrar-se uma quebra unilateral, por parte da revista, do acordo informacional que tacitamente tem com seus leitores: relatar os fatos com veracidade, clareza, decoro, respeito e responsabilidade. Essa quebra pode ter-se dado na dimensão ética, na estética ou talvez em ambas.

O leitor com menos tempo livre ou sensibilidade para, tomando emprestado termos da Matemática, realizar “provas reais” das notícias, ou seja, procurar outras fontes de informação para poder contrapor diferentes abordagens e fundamentar melhor seus pontos de vista a respeito dos temas sobre os quais lê, pode ser levado a pensar que as coisas acontecem exatamente da maneira como são publicadas. É questão superada o fato de que este leitor não se resume à passividade, mas ainda assim, no caso de sua opinião se basear em uma única fonte, esta tendencialmente poderá produzir uma visão totalizante sobre aquilo de que fala e provavelmente as *chances* de criticidade passarão a se reduzir: é o poder da enunciação, o poder simbólico dito por Bourdieu (1998).

Dessa maneira, quem só leu Veja inclina-se a pensar que o PNDH-3 realmente conta com as expressões pretensamente parafraseadas, pois que redigidas da forma como graficamente se convencionou tratar este tipo de ocorrência textual: entre aspas. A revista mente, ou quanto à forma, porque usa elementos formais que – de maneira indevida – alteram semanticamente o texto (o sentido das expressões se modificam em grau de veracidade, já que supostamente se referem ao teor original do escrito de onde são extraídas, no caso o PNDH-3), ou quanto ao conteúdo, porque voluntária e propositalmente a publicação usa termos que sabe não refletirem o texto do Programa (que daí para diante, na visão de quem leu a matéria, passa a ter textualmente essa redação). No primeiro caso, o descumprimento do acordo pela revista é estético; no segundo, a ruptura contratual é também ética, já que o relato dos fatos é premeditadamente falso.

Seja como for, o que primeiramente parece ser um equívoco de menor gravidade, já que pode se tratar de mero erro material, é extremamente relevante no contexto dessa discussão. O estopim da polêmica em torno do PNDH-3 foi justamente a forma como certas propostas, relativas à criação da Comissão da Verdade, estavam *redigidas*, o que evidencia que cada palavra mal colocada é um campo minado de usos políticos do texto. A maneira como determinadas ideias foram expressas no documento acarretou as críticas dos militares, que por sua vez se manifestaram publicamente e, assim, alertaram outros setores – como a própria *mídia*. O “fator Jobim” criou um fato político de menor visibilidade, a ser resolvido internamente no governo, mas que foi capitalizado pela mídia como acontecimento de primeira grandeza e trouxe de arrasto o PNDH-3 para o centro das atenções por seus efeitos continuados como carta de intenções políticas.

## 6. Considerações finais

Diversos modos de operação da ideologia estiveram presentes entre os textos avaliados como ideológicos. Além disso, as abordagens assim consideradas traziam não só críticas sobre *o que era proposto* pelo Programa como política de direitos humanos, como também buscavam desconstruir o papel de *quem*

*propunha*, para tentar esvaziar a legitimidade do documento por uma alegada carga de desrazão e antirrepublicanismo de seus proponentes.

Partindo das definições de Wallerstein (2002) e Bobbio (2001)<sup>iv</sup>, o PNDH-3 foi elaborado por um governo alicerçado em uma aliança política liderada pelo Partido dos Trabalhadores (PT), um partido de esquerda, acompanhado por outras agremiações de mesma orientação, por partidos de centro-esquerda, de centro e até mesmo um de direita (PT, PC do B, PSB, PDT, PTB, PMDB, PL [depois PR] e PP). A construção do Programa foi conduzida por Paulo Vannuchi, militante de direitos humanos que se destacou pela atuação partidária e junto a sindicatos, mas, mais do que isso, pelo fato de ter participado da resistência armada contra o regime militar. Com um perfil supostamente mais confrontador e tendo sua origem partidária em forças efetivamente de esquerda, sua ação poderia tornar real a possibilidade de concretização direta e imediata das medidas previstas no Programa, algumas delas também frontalmente desfavoráveis às expectativas dos grupos conservadores. Por conta de sua luta contra o poder autoritário, este apoiado por boa parte daquelas mesmas forças conservadoras, a imagem de Vannuchi acabou sendo vinculada ao radicalismo e à contestação. Seu trabalho em relação ao PNDH-3 passou a ser depreciado e visto como revanchista.

De certa forma, o tratamento das revistas ao PNDH-3 também reflete as diferenças que envolvem a díade direita/esquerda. Quanto mais à direita a orientação da revista, mais o Programa foi rechaçado; tanto mais à esquerda, maior foi a aceitação do documento (ou menos intensa foi a crítica sobre ele).

Embora o intuito principal dessa pesquisa não tenha sido o de manifestar alinhamentos a quaisquer dos “lados políticos” inerentemente envolvidos na discussão, ficou clara a defesa ao conteúdo trazido pelo PNDH-3. Isso se justifica pelo fato de o documento objetivar combater relações de dominação das quais boa parte é defendida nos conteúdos ideológicos identificados na abordagem do PNDH-3, como: vulgarização dos direitos humanos como política de Estado e responsabilidade de toda a sociedade; desconsideração dos princípios norteadores dos direitos humanos (universalidade, indivisibilidade, interdependência e inter-relação) e desvirtuamento dos valores da cidadania (liberdade, igualdade e solidariedade/fraternidade); conformismo e passividade política; depreciação da democracia participativa e de seu valor para o sistema republicano; ocultamento e reificação da história; promoção da violência estatal e privada na resolução dos conflitos sociais; elitismo; fomento à hegemonização religiosa em detrimento da laicidade do Estado; priorização do patrimônio material sobre a vida; primazia do interesse privado sobre o interesse público; concentração do acesso à propriedade e à riqueza; concentração do acesso à informação e à comunicação.

A forma como o tema foi apresentado pelas revistas indica seu efeito potencial para a criação de representações sociais sobre direitos humanos. Essas representações, por sua vez, vão se fazer manifestas à opinião pública por meio da opinião publicada. Dito de outra forma, a opinião publicada pelas revistas – com todo o capital simbólico, cultural e econômico que detêm e que se traduz em poder simbólico – traz embutidas as representações que elas querem compartilhar, com seu público em particular e com a sociedade em geral. Dotam, assim, essas representações de seu caráter “social”, tornando-as acessíveis à opinião pública.

Se, com o peso que tem no contexto de uma crescente *midiação* da cultura, a opinião publicada é conformada e apresentada com base em representações propositalmente viciadas por dados falsos para sedimentar ou criar relações de dominação, isto é, de forma ideológica, a opinião pública que dela se alimenta pode tomar a sua forma. Assim, o erro na apuração e uso dos dados sobre os temas de que tratam faz com que as revistas, muitas vezes, atuem na construção de representações sociais que não guardam relação com a verdade dos fatos – a despeito de todo relativismo que a ideia de verdade possa ensejar.

Em geral e em graus diferentes, prevalece nas revistas a concepção enviesada de direitos humanos vinculada a uma visão limitada de liberdade, aquela ligada a valores como individualismo (travestida de individualidade), livre iniciativa (econômica), primazia do direito de propriedade (que se diferencia do direito à propriedade) sobre os demais direitos, liberdade de expressão (desconectada das condições de acessibilidade aos meios de seu exercício ou mesmo confundida com liberdade de imprensa), impossibilidade incondicional de intervenção do Estado sobre a sociedade e prevalectimento do mercado sobre todas as demais esferas da sociedade. Essa maneira de considerar a liberdade a desconecta da

igualdade e, mais do que isso, promove a desigualdade, inviabilizando a efetivação dos direitos humanos em suas dimensões universal, indivisível, interdependente e inter-relacional. Logo, não há direitos humanos.

Essas questões revelam aspectos significativamente contraditórios da mídia em geral, além de denunciar limites às revistas semanais em particular como ferramenta de educação em direitos humanos, salvo exceções. Como pensar, por exemplo, na efetividade do uso destes espaços para campanhas em prol dos direitos humanos se, em seus conteúdos jornalísticos, as revistas, sobretudo as de maior alcance de público, jogam contra os valores aí difundidos? Como pensar na concretização do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos brasileiro, especialmente em seu eixo “Educação e Mídia”, quando o cenário em que esse processo deve se dar é intensamente permeado por desrespeito a esses direitos?

Pensa-se importante que essas questões perpassem os debates entre Estado e instituições midiáticas, a fim de conceber mecanismos de educação em direitos humanos por meio da comunicação de massa.

## Referências bibliográficas

Benetti, Marcia; Hagen, Sean (2010). Jornalismo e imagem de si: o discurso institucional das revistas semanais. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, Florianópolis, ano 7, 11. Recuperado em 05 de dezembro, 2010, de <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/viewFile/12797/12703>.

Bobbio, Norberto (2001). *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: UNESP.

Bourdieu, Pierre (1998). *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Brasil (2007). Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. *Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos; Ministério da Educação; Ministério da Justiça; UNESCO. Recuperado em 01 de dezembro, 2013, de <http://portal.mj.gov.br/sedh/edh/pndhpor.pdf>.

Brasil (2002). Ministério da Justiça. Secretaria de Estado dos Direitos Humanos. *Programa Nacional de Direitos Humanos: PNDH – II. 2002*. Recuperado em 01 de dezembro, 2013, de <http://portal.mj.gov.br/sedh/pndh/pndhII/Texto%20Integral%20PNDH%20II.pdf>.

Brasil (2010). Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. *Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3)*. Brasília: SEDH/PR.

Carbonari, Paulo César (2010). Caminhos para uma política nacional de direitos humanos: expectativas do movimento nacional com o PNDH-3. *Revista Direitos Humanos*, Brasília, 5, pp. 17-21, abr. 2010. Recuperado em 21 de dezembro, 2013, de <http://www.portalmemoriasreveladas.arquivonacional.gov.br/media/revistadh5.pdf>.

Ciconello, Alexandre (2008). *Nota Técnica n. 146*. Brasília: INESC. Recuperado em 03 de dezembro, 2013, em [http://www.dhnet.org.br/direitos/indicadores/sistema\\_br/inesc\\_nt\\_%20prog\\_dh\\_br\\_indicadores.pdf](http://www.dhnet.org.br/direitos/indicadores/sistema_br/inesc_nt_%20prog_dh_br_indicadores.pdf).

Costa, Cristiane (2007). *As manchetes do golpe*. Não paginado. Recuperado em 10 de dezembro, 2013, de: <http://blogdabrhistoria.blog.uol.com.br/>.

Dupas, Gilberto (2009). O conceito hegemônico do progresso e os direitos humanos. In Bittar, Eduardo C. B. (org.). *Direitos humanos no século XXI: cenários de tensão* (pp. 264-282). Rio de Janeiro: Forense universitária; São Paulo: ANDHEP; Brasília: SEDH.

Fonseca, Paulo Henrique da (2009). Direitos humanos dos pobres: entre a violação e a exclusão. In Bittar, Eduardo C. B. (org.). *Direitos humanos no século XXI: cenários de tensão* (pp. 264-282). Rio de Janeiro: Forense universitária; São Paulo: ANDHEP; Brasília: SEDH.

Guareschi, Pedrinho A. (2000). A banalização da política e do político: uma análise ideológica do Programa Cassetta & Planeta. In Guareschi, Pedrinho A. (org.). *Os construtores da informação: meios de comunicação, ideologia e ética* (pp. 317-338). Petrópolis, RJ: Vozes.

Guareschi, Pedrinho A. (1999). *Comunicação e Poder: A presença e o papel dos meios de comunicação de massa estrangeiros na América Latina*. Petrópolis, RJ: Vozes.

Jovchelovitch, Sandra (2000). *Representações sociais e esfera pública: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes.

Pereira, Roger (2010). A guerra das revistas semanais no segundo turno. *Portal Paraná Online*. Não paginado. Recuperado em 05 de dezembro, 2013, de <http://www.parana-online.com.br/editoria/politica/news/484051/?noticia=A+GUERRA+DAS+REVISTAS+SEMANAIS+NO+SEGUNDO+TURNO>.

Pinheiro, Paulo Sérgio (2010). Testemunhos: o que é o PNDH-3 para você? *Revista Direitos Humanos*, Brasília, 5, pp. 10-11. Recuperado em 03 de dezembro, 2013, de <http://www.portalmemoriasreveladas.arquivonacional.gov.br/media/revistadh5.pdf>.

Piovesan, Flávia (2010). A constitucionalidade do PNDH-3. *Revista Direitos Humanos*, Brasília, 5, pp. 12-16. Recuperado em 03 de dezembro, 2013, de <http://www.portalmemoriasreveladas.arquivonacional.gov.br/media/revistadh5.pdf>.

Rolim, Marcos (1998). Atualidade dos Direitos Humanos. In Viola, Solon Annes; Ritter, Paulo (org.). *Cidadania e Qualidade de Vida* (pp. 17-26). Canoas: Centro Educacional La Salle de Ensino Superior.

Sousa Júnior, José Geraldo de; Benevides, Maria Victoria (2010). O eixo educador do PNDH-3. *Revista Direitos Humanos*, Brasília, 5, pp. 22-25. Recuperado em 03 de dezembro, 2013, de <http://www.portalmemoriasreveladas.arquivonacional.gov.br/media/revistadh5.pdf>.

Thiollent, Michel (1983). Opinião Pública. In Queiroz e Silva, Roberto P. de. *Temas Básicos em Comunicações* (pp. 189-193). São Paulo: Paulinas.

Thompson, John B. (1995). *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis, RJ: Vozes.

Venturi, Gustavo (org.) (2010). *Direitos humanos: percepções da opinião pública: análises da pesquisa nacional*. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos.

Veronese, Marília V.; Guareschi, Pedrinho A (2006). Hermenêutica de Profundidade na pesquisa social. *Ciências Sociais Unisinos*, São Leopoldo, 42(2), pp. 85-93.

---

<sup>i</sup> Estudo promovido em 2010 pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República sobre a percepção dos direitos humanos na opinião pública brasileira aponta que cerca de um terço da população (34%) concorda com a ideia de que “direitos humanos deveriam ser só para pessoas direitas” (Venturi, 2010, p. 249). Ainda que não configure uma maioria, esse percentual é preocupantemente significativo.

<sup>ii</sup> O poder de influência das revistas é corroborado pelos números de circulação que apresentam: segundo o Instituto Verificador de Circulação – IVC, em 2010 a circulação média semanal da revista *Veja* foi de 1.086.191 exemplares; da *Época*, 408.110; da *Istoé*, 338.861; da *Carta Capital*, 30.703, ocupando, respectivamente, o 1º, o 2º, o 3º e o 21º lugar no ranking nacional de circulação de revistas semanais de todos os segmentos.

<sup>iii</sup> Nos anos 60, a Globo firmou ilegalmente acordo com o grupo norte-americano Time-Life, no momento da ascensão golpista dos militares ao poder federal, apoiados pelos EUA contra uma suposta ameaça comunista no Brasil. O regime necessitando de legitimidade e a Globo de vista grossa à sua aliança proibida, os interesses se fundiram. A Globo serviu de importante suporte ideológico à ditadura (Guareschi, 1999), cuja defesa era objeto de matérias e editoriais dos veículos da empresa, como o jornal *O Globo*, alguns deles assinados por seu próprio presidente, Roberto Marinho (Costa, 2007).

<sup>iv</sup> Para Bobbio (2001, p. 111), esquerda e direita se diferenciam pela forma como consideram o “ideal de igualdade, que é, com o ideal da liberdade e o ideal da paz, um dos fins últimos que os homens se propõem a alcançar e pelos quais estão dispostos a lutar”. Segundo o autor, ao pensamento de esquerda importa o que os homens têm em comum, o que os une, enquanto que a concepção de direita considera relevante politicamente o que os diferencia. Wallerstein (2002) tem definições próximas das de Bobbio, na medida em que, enquanto este se refere à esquerda como defendendo a inclusão, aquele remete essa reivindicação aos que chama de “democratas (ou socialistas)”, que buscariam compatibilizar igualdade e liberdade, em oposição aos “liberais”, que priorizariam a liberdade, sobre a liberdade individual, tomando a igualdade como seu oposto.